



Número: **0818907-85.2015.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO SUMÁRIO**

Órgão julgador: **13ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **25/08/2015**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EVERTON FERREIRA DE OLIVEIRA (AUTOR)		CLAUDIO ROBERTO LOPES DINIZ (ADVOGADO)	
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
18742 29	25/08/2015 19:09	Petição Inicial	Petição Inicial
18742 33	25/08/2015 19:09	INICIAL	Memorial
18742 34	25/08/2015 19:09	PROCURAÇÃO	Procuração
18742 35	25/08/2015 19:09	DECLARAÇÃO	Outros Documentos
18742 36	25/08/2015 19:09	DOCS PESSOAIS	Outros Documentos
18742 38	25/08/2015 19:09	DOCS DIVERSOS	Outros Documentos
63575 50	25/01/2017 16:29	Despacho	Despacho
92858 41	21/08/2017 10:39	Petição	Petição
92858 61	21/08/2017 10:39	SUBSTABELECIMENTO BRITO PARA CLAUDIO everton	Substabelecimento
25119 478	08/10/2019 14:11	Certidão	Certidão

em pdf.



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA
COMARCA DE JOÃO PESSOA – ESTADO DA PARAÍBA –PB.**

EVERTON FERREIRA DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, estudante, portador do documento de identificação RG/SSP/PB 3172060, inscrição no CPF 087.802.534-07, filiação: Manoel Costa de Oliveira e Edineide Ferreira de Oliveira, residente e domiciliado na Travessa José Bonifácio, n. 15, Jardim Sorrilândia I, Sousa, PB, CEP: 58.805-070, vem por meio de seu advogado, infra-assinado, propor

**AÇÃO PELO RITO ORDINÁRIO DE
COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO
DE DANOS PESSOAIS DPVAT**

em face de **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua João Bernardo de Albuquerque n.º 62 sala 105, Tambiá, João Pessoa - PB. CEP 58.020-565, pelas razões de fato e de direito que passam a expor:

DAS PRELIMINARES

I - DA GRATUIDADE DE JUSTICA

Inicialmente, a parte autora solicita a V.Exª se digne a deferir a Gratuidade de Justiça, na forma do art. 4º, da Lei n.º 1.060/50, segundo redação ministrada pela Lei n.º 7.510/86, eis que não possui condição financeira para arcar com o ônus da presente demanda, sem que tal dispêndio traga, para si e sua família, prejuízo de subsistência.

Rua Miguel Couto 251, Edificio Vina Del Mar, 7º. Andar, Sala 705, Centro, J. Pessoa – PB.



II- DA MUDANÇA DO RITO SUMARIO PARA O RITO ORDINÁRIO:

Como é sabido, a matéria em discussão está capitulada no artigo 275, I do CPC, principalmente em razão do valor da causa, o que leva à adoção do rito SUMÁRIO e, conseqüentemente à designação da audiência de conciliação prevista no artigo 277 do mesmo diploma legal.

Por outro lado, **a prática** nos processos de cobrança de seguro DPVAT, **conduz à conclusão da inutilidade da referida audiência de conciliação do rito Sumário**, haja vista que a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT e o conglomerado de Seguradoras que fazem parte do consórcio, não concilia nesta fase processual, principalmente em razão da necessidade da produção da prova pericial médica.

Sensível a esta realidade, muitos Magistrados, ao despachar a inicial, convolam o rito para ordinário, exatamente para atender ao princípio da **celeridade processual**, bem como para descongestionar a pauta de audiência do Juízo. Ainda, dada **necessidade de prova complexa**, haverá possibilidade de dilação probatória.

Neste esteio, o art 244 do CPC preceitua que *“quando a lei prescrever determinada forma, sem cominação de nulidade, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.”* Corroborado a isso o parágrafo único do art 250 também do CPC, nos instrui que *“Dar-se-á o aproveitamento dos atos praticados, desde que não resulte prejuízo as partes.”* A **“ordinarização” do processo não violará os princípios da ampla defesa e do contraditório e tampouco implicará em prejuízo a parte Requerida.**

Aliás este é o posicionamento majoritário do STJ:

AgRg no AREsp 258553 / PE

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL

2012/0243835-8

Relator (a) Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI

Órgão Julgador: Quarta Turma

Data do Julgamento: 06/06/2013, DJe 24/06/2013

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRANSITO. CONVERSÃO DO RITO SUMARIO PARA ORDINÁRIO. POSSIBILIDADE.

1- Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficiente ampla e fundamentada, deve ser alegada a violação do art. 535 do Código de Processo Civil.

2- Não havendo prejuízo para a defesa, é possível a conversão do rito sumário para o ordinário.

3-O julgamento em desacordo com as pretensões da parte não consubstancia negativa de prestação jurisdicional ou afronta aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

4- Agravo regimental que se nega provimento.

Rua Miguel Couto 251, Edifício Vina Del Mar, 7º. Andar, Sala 705, Centro, J. Pessoa – PB.



REsp 737260 / MG
RECURSO ESPECIAL
2005/0049673-2

Relator (a) Ministra NANCY ANDRIGHI,

Órgão Julgador: Terceira Turma

Data do Julgamento: 21/06/2005, DJ 01/07/2005

Ementa: **PROCESSO CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE TRANSITO. PROCEDIMENTO. ADOÇÃO DO RITO ORDINÁRIO AO INVÉS DO RITO SUMÁRIO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. PREJUÍZO. AUSÊNCIA. INÉPCIA POR ESCOLHA INADEQUADA DE PROCEDIMENTO. INOCORRÊNCIA. INSTRUMENTALIDADE DO PROCESSO.**

-A jurisprudência do STJ acolhe o entendimento no sentido de que, inexistindo prejuízo para a parte adversa, admissível é a conversão do rito sumário para o ordinário.

- Não há nulidade na adoção do rito ordinário ao invés do sumário, salvo se demonstrado prejuízo, notadamente porque o ordinário é mais amplo do que o sumário e propicia maior dilação probatória.

- Não há inépcia da inicial pela adoção do rito ordinário para as ações previstas no art. 275 do Código de Processo Civil.

Recurso especial conhecido, mas negado provimento.

No úbere dos princípios constitucionais da celeridade, finalidade, melhor instrumentalizado estar-se-á, se adotado este procedimento além de mais suscetível de exalar eficácia jurídica processual.

DOS FATOS

Consoante comprova a inclusa documentação, a parte autora foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 25/06/2014, O QUE LHE CAUSOU TRAUMA EM MEMBROS SUPERIORES, ACARRETANDO-LHE SEQUELAS PERMANENTES, como demonstra a documentação médica em anexo.

Registre-se que a parte autora postulou administrativamente o recebimento do seguro DPVAT, sinistro registrado sob nº 3150410441, obtendo pagamento parcial, em 22/06/2015, no valor de R\$ 1.687,50 (hum mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) restando à parte autora o direito ao recebimento da diferença no valor de ATÉ R\$ 11.812,50 (oito mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).

Consubstanciado a isso e pela análise das provas, não há dúvida quanto ao fato, bem como suas consequências e o nexo causal que as une, pois está documentalmente provada a lesão sofrida e a sua extensão. Outrossim, o pagamento administrativo vale como confissão tácita dos fatos e do direito do requerente face ao Seguro, relevando assim o nexo causal do conflito.

Rua Miguel Couto 251, Edifício Vina Del Mar, 7º. Andar, Sala 705, Centro, J. Pessoa – PB.



DO DIREITO

I. DA POSSIBILIDADE DO PEDIDO DA DIFERENÇA PAGA PELO SEGURO DPVAT

A questão vertente exige a exegese da norma constante dos art. 3º e 5º da Lei 6.194/74, com as atualizações da Lei 11945/09, pelo qual se depreende de modo inequívoco, que havendo INVALIDEZ PERMANENTE, o valor da indenização deve ser de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), a ser paga de acordo com o real grau de invalidez da vítima, que deverá ser aferido através de perícia médica, que ora requer a parte autora.

Dessa forma, **restando comprovado o acidente de trânsito e as seqüelas oriundas deste, faz jus a parte autora ao recebimento do SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ, NO VALOR DE ATÉ R\$ 13.500,00.**

II- DA ELEIÇÃO DO FORO

No que tange ao respectivo foro eleito pela parte autora, a resolução do conflito de competência encontra supedâneo processual nos moldes dos artigos 94, *caput*; parágrafo único do art. 100, ambos do CPC. Em julgado recente, em sede de recurso especial repetitivo, o E. STJ assim decidiu:

STJ- RECURSO ESPECIAL, REsp1357813/RJ 2012/0262596-6.

Ementa: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVERSIA. ART 543-C DO CPC. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES – DPVAT. DEMANDA DE NATUREZA PESSOAL. FACULDADE DO AUTOR NA ESCOLHA DO FORO PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO. FORO DO DOMICÍLIO DO REU. ART 94, CAPUT, DO CPC. LOCAL DO ACIDENTE OU DE SEU DOMICÍLIO. ART 100, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC.

1. Para fins do art. 543 –C do CPC: Em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de vias terrestres – DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os seguintes foros para ajuizamento da ação: o do local do acidente, ou o do seu domicílio (parágrafo único do art. 100 do Código de Processo Civil); bem como, ainda, o do domicílio do réu (art. 94 do mesmo diploma). 2. No caso concreto, recurso especial provido. Data de publicação: 24/09/2013. (grifo nosso).

Ainda em consonância com a **Súmula 570** do STJ que diz:

“Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu.”

Isso assevera o caráter eminentemente social do seguro DPVAT sendo, portanto, imprescindível garantir a vítima o amplo acesso ao poder judiciário em busca do direito tutelado em lei.

Rua Miguel Couto 251, Edifício Vina Del Mar, 7º. Andar, Sala 705, Centro, J. Pessoa – PB.



III- DA INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA A APRESENTAÇÃO DE LAUDO DO IML COM A PETIÇÃO INICIAL – INSTRUÇÃO PROBATÓRIA

A fim de garantir o princípio da celeridade processual, vale-nos ressaltar, de antemão, que a Lei nº 6.194 NÃO atribuiu ao laudo do Instituto Médico Legal (IML) o caráter de documento indispensável à propositura da ação de cobrança do seguro DPVAT nos casos de invalidez. Segundo o normatizado em seu no Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado *mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.*

A toda prova, tal verificação pode ser feita por perícia médica a ser realizada na fase de instrução. Na verdade, os documentos indispensáveis de que trata o art. 283 do Código de Processo Civil devem ser entendidos apenas como aqueles necessários para que a ação possa validamente ser proposta, sob o aspecto formal, não se confundindo a com a atividade probatória, voltada a prova dos fatos alegados, que é atinente ao aspecto material.

DO PEDIDO

Face ao exposto, a parte autora requer o que segue, em apelo para a entrega da prestação Jurisdicional da seguinte forma: :

- a) Seja concedido as benesses da Justiça Gratuita.
- b) Seja recebido o presente pelo RITO ORDINÁRIO.
- c) Determine a citação da seguradora-ré, para, querendo, responder aos termos da presente, sob pena de revelia e confissão, e ad cautelam, caso não recebido pelo rito requerido, seja designada data à realização de audiência de conciliação, na forma do art. 277 do Código de Processo Civil;
- d) Seja deferido o pedido de PROVA PERICIAL MÉDICA.
- e) seja a ré **CONDENADA a pagar o valor de ATÉ R\$ 11.812,50** (oito mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos) corrigida monetariamente e acrescida de juros de mora de 1% ao mês a partir da data do evento danoso.
- f) seja a ré, ainda, **CONDENADA** ao pagamento das custas processuais e juros, onde couber, bem como em honorários advocatícios em valor não inferior a 20% sobre o valor da condenação.

Rua Miguel Couto 251, Edifício Vina Del Mar, 7º. Andar, Sala 705, Centro, J. Pessoa – PB.



DO VALOR DA CAUSA

Dá-se à causa o valor de R\$ 11.812,50 (oito mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).

DAS PROVAS

Requer a parte autora, **notadamente, a PROVA PERICIAL MÉDICA, imprescindível ao desfecho da lide**, e ainda todas demais em direito admitidas, em especial, prova documental superveniente, se necessário for.

DAS PUBLICAÇÕES E INTIMAÇÕES

Por fim, em cumprimento ao art. 39, I, do CPC, o autor informa que receberá todas as intimações referentes a este processo no endereço: Rua Miguel Couto nº. 251, Edifício Vina Del Mar 7º Andar, Sala 705, Centro, João Pessoa - PB, e, requer ainda, que todas as publicações sejam efetuadas exclusivamente em nome do advogado Dr. Jose Orisvaldo Brito da Silva, OAB/RJ 57.069, sob pena de nulidade, a teor do art. 236, § 1º, do CPC, esperando deferimento.

Pede Deferimento.

João Pessoa, 06 de agosto de 2015.

Jose Orisvaldo Brito da Silva
OAB/RJ 57069

Quesitos da parte autora (artigo 276 CPC):

- a) A parte autora sofreu algum(s) tipo(s) de fratura?
- b) Em caso positivo, queira informar se desta(s) gerou debilidade permanente?
- c) Apresenta limitação dos movimentos do(s) membro(s) fraturado(s)?
- d) Apresenta limitação funcional do(s) membro(s) afetado(s)?
- e) Sofreu debilidade permanente? Sofreu deformidade permanente?
- f) A parte autora sofreu incapacidade para o trabalho?
- g) A lesão da parte Autora possui previsão na Tabela da Susep anexa à Lei nº 6.194/74, com alteração dada pela Lei nº 11.945/2009?
- h) De acordo com a tabela prevista no Art. 3º, II, § 1º da Lei nº 6.194/74, qual o percentual da incapacidade permanente suportada pela parte Autora?
- i) Queira o i. expert acrescentar o que entender devido.

Rua Miguel Couto 251, Edifício Vina Del Mar, 7º. Andar, Sala 705, Centro, J. Pessoa – PB.



PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

Outorgante(s):

Inventário Patrimonial da Universidade

brasileiro(a),
estado civil: solteiro, **profissão:** estudante,
documento de identificação: 3172060,
CPF: 087802534-07, **Endereço:** Trav. José Bonifácio,
nº 15, Jardim São Luiz II,
Cidade: São Paulo, **Estado** SP,
CEP: _____

Outorgado (s):

JOSÉ ORISVALDO BRITO DA SILVA, advogado, inscrito na OAB/RJ nº 57069 com escritório profissional na Avenida Miguel Couto 251, sala 605, Centro, CEP: 58.010-770, João Pessoa - PB.

Poderes:

Os da cláusula *ad judicium et extra*, inclusive com os especiais poderes para patrocinar, defender, em todos os seus termos, atos e incidentes, os direitos e interesses do (a) outorgante, em qualquer processo, ação ou medida em que o mesmo seja parte autora, ré, oponente ou assistente. Conferindo para tanto, o poder geral para o foro, conforme dispõe o artigo 28 do CPC, podendo ainda requerer, alegar, assinar, quando mister, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito que se funda a ação, receber e dar quitação em juízo ou fora dele, firmar compromisso, levantar importância em juízo ou fora dele, endossar cheques, recorrer de despachos e sentença, arrolar e inquirir testemunhas, juntar documentos, apelar para instâncias superiores, fazer acordos, enfim, praticar todos os demais atos necessários e em direito admissíveis, inclusive o de substabelecer, **especialmente para atuar em AÇÃO DE COBRANÇA em virtude do acidente de trânsito experimentado pelo (a) outorgante e em razão das lesões por ele (a) sofridas.**

_____, 01 de julho de 2015.

Everson Ferreira de Oliveira

OUTORGANTE



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA

Everson Ferreira de Oliveira

_____ brasileiro(a), estado
civil: solteiro, profissão: estudante,
documento de identificação: 3142060,
CPF: 084802534-07, Endereço: Trav. Joo
Monizão, 15, Jardim São Antônio I,
Cidade: Guaxupé, Estado: MG,
CEP: _____

DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de prova junto ao Juízo Cível, e a quem por competente distribuição couber o julgamento da lide, **que não possui condições financeiras para arcar com o ônus processual, estando nas exatas condições da Lei nº 1.060/50**, carecendo, pois, dos auspícios da **GRATUIDADE DE JUSTIÇA** em **AÇÃO DE COBRANÇA** a ser proposta contra quem de direito, em razão de acidente de trânsito sofrido pelo(a) declarante.

Não serão cobrados honorários advocatícios nesta oportunidade, ressalvando-se o direito em caso de mudança na situação econômica do declarante.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade acerca da declaração prestada.

_____, 01 de Julho de 2015.

Everson Ferreira de Oliveira

DECLARANTE



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 003.172.066 DATA DE EXPEDIÇÃO 28/08/2007

NOME
EVERTON FERREIRA DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO
MANOEL COSTA DE OLIVEIRA NETO
EDINETE FERREIRA DE OLIVEIRA

NATURALIDADE
SOLSA PB DATA DE NASCIMENTO 26/10/1973

DOC. ORIGEM CERT. DE NASCIMENTO L-A37 F-100 RG-41804

CPF 087.802.534-07

1a. VIA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA

COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

EVERTON FERREIRA DE OLIVEIRA

CARTEIRA DE IDENTIDADE



MANOEL COSTA DE OLIVEIRA NETO
RUA JOSE BONFACIO, 15 - JO SORRILANDIA
SOUSA/PA CEP: 58805-070 (AG. 177)

Classificação: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFÁSICO
Rotômetro: 9 - 177 - 190 - 7700
Número do medidor: 00001145488

Referência: JUL/2014
Emissão: 17/07/2014

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA SA
R. 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa/PA - CEP 58071-880
CNPJ 09.085.160/0001-40 - Insc. Est. 15.915.823-0

Nota Fiscal/Carta de Energia Elétrica Nº 000.580.246
Código para Emissão Automática: 9991991938

ar22.a2a7.9197.dba.3aa6.10c.a011.ae67.

5/199153-8

Jul / 2014

17/07/2014

15/08/2014

7988552472

11/07/2014 187,87

Data	Letura	Data	Letura			
15/08/14	35583	17/07/14	35284	1	381	31

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo em kWh	381	0,30445	116,09

IMPOSTOS E ENCARGOS

PIS	0,87
COFINS	4,05
JUROS DE MORA 06/2014	1,31
MULTA 05/2014	3,02
ICMS (Base de Cálculo R\$ 125,93) (Alíquota 27,00%)	44,72

Jun/14	408
Mai/14	334
Abr/14	337
Mar/14	404
Fev/14	414
Jan/14	729
Dez/13	493
Nov/13	415
Out/13	487
Sep/13	383
Ago/13	274
Jul/13	230

Média dos últimos meses
407 kWh

11/08/2014

R\$ 169,96

5/2014 - 81222

QD MENSAL	8,50	0,00
QD TRIMESTRAL	15,81	
QD ANUAL	33,82	
FC MENSAL	4,10	0,00
FC TRIMESTRAL	8,23	
FC ANUAL	16,47	
DMC	4,65	0,00
DICR	12,22	

HOMINAL
CONTRATADA
LIMITE INFERIOR
LIMITE SUPERIOR

201
221

Descrição	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. de Energia/PA	55,81	33,43
Custo de Energia	48,80	28,71
Serviço de Transmissão	3,47	2,04
Encargos Sociais	8,81	4,07
Impostos, Oribas e Encargos	53,87	31,76
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	169,96	100,00

Valor de encargo de Uso do Sistema de Distribuição
(Art. 5º/2014) R\$ 99,28

- REATMO DE VENCIMENTO: Caso a(s) fatura(s) acima relacionada(s) permaneça(m) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 01/08/2014. Conforme Resolução 414 da ANEL. O pagamento após essa data não elimina a possibilidade da deva suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ou as cortas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso já tenha efetuado o pagamento da(s) fatura(s) acima, desconsidere essa mensagem. Fatura sujeita à inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplimento.

PARAIBA

Rotômetro: 9 - 177 - 190 - 7700
Matrícula: 199153-2014-07-2

11/08/2014

R\$ 169,96

83640000001-1 86980054000-8 01991532014-7 07201770019-5



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Everson Ferreira de Oliveira

brasileiro(a), estado

civil: solteiro, profissão: estudante,

documento de identificação: 3172060,

CPF: 087802534-07, venho, amparado pela Lei 7.115/83, perante este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito no qual anexo documento comprobatório em nome de terceiro, para os devidos fins:

LOGRADOURO (Rua/Avenida/Praça)	<u>Trans. José Bonifácio</u>
NÚMERO	<u>15</u>
COMPLEMENTO	
BAIRRO	<u>Jardim Serrolândia I</u>
CIDADE	<u>Salvador</u>
ESTADO	<u>PB</u>
CEP	
TELEFONE	
E-MAIL	

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade acerca da declaração prestada, sob as penas da lei.

_____, 01 de Julho de 2015.

Everson Ferreira de Oliveira

DECLARANTE







**GOVERNO
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA PÚBLICA
3ª REGIÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA
19ª SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL
1ª DELEGACIA DISTITAL - SOUSA - PARAÍBA

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 694/2014

Verando sobre: perda de documentos

Data e hora do fato: **25/06/2014 - 09:50h.**

Data e hora em que a Delegacia tomou conhecimento: **16/07/2014 - 17:50h.**

Lugar do ocorrido: **Centro, Sousa / PB.**

COMUNICANTE EVERTON FERREIRA DE OLIVEIRA, conhecido como EVERTON, brasileiro, solteiro, estudante, natural de Sousa/PB, 20 anos de idade, nascido em 25-07-1994, identidade nº 3172000 SSGS/RN, filho de Manoel Costa de Oliveira e de Rosemary Batista de Oliveira, residente na Trav. José Donatário, n.º 15, Bairro Jardim Sonolito, em Sousa/PB. Telefone para contato: (83) 9105-8864.

Relato: o comunicante.

Relato: QUE no dia 25/06/2014, por volta das 09:50h, o declarante se deslocava saindo de sua residência com destino ao centro desta cidade, conduzindo a sua motocicleta HONDA - COM AND RIVISTER, ANO 2002, MOD 2002, COR PRETA, PLACA AGE5674F5, CHASSI 900M0270002R020470, RENAVAM: 774161893, registrado em nome de ANDRÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA, e quando nas imediações do supermercado EUNICE, o declarante ouviu desviar de um veículo (taxista) que vinha em marcha ré pela contra-mão, tentou o freio, não utilizado o freio dianteiro e o pneu derrapado, vindo a cair ao solo, QUE o declarante afirmou que uma equipe do SAMU foi quem socorreu o declarante para o hospital regional desta cidade, QUE após o ocorrido, o declarante não conseguiu mais identificar quem era o veículo que havia causado o acidente; QUE em virtude do ocorrido, o declarante sofreu escoriações pelo corpo; QUE o declarante é habilitado para conduzir motocicleta, QUE não foi envolvido em referido acidente; QUE é titular das anotações das matrículas administrativas a que está sujeito, caso o declarante aqui não seja considerado a respeito, nada mais a constar

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: lavratura do BO.

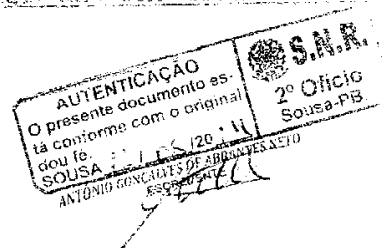
LOCAL: - PB, 16 de julho de 2014.

DELEGADO POLICIAL: Del. Pol. Dr. Francisco Abrantes Mureira

COMUNICANTE: EVERTON FERREIRA DE OLIVEIRA

RELAZIADO: Artan Alves Dantas

Artan Alves Dantas
Artan Alves Dantas
Escrivão de Polícia
Mat: 155.721-1





Secretaria Municipal de Saúde
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192

Sousa, 08 de Agosto de 2014.

Ao Sr.(a)

Em resposta a vossa solicitação recebida em 06 de Agosto de 2014 passa a informar o que seque:

Nº da ocorrência: 0017

Vitima: Everton Ferreira De O.

Sexo: Masculino

Data: 25 /06/2014

Local da Ocorrência: Nelson Meira

Médico Intervencionista: Dr. Antônio Neto


Viatura: USB01

Condutor: Reginaldo

Téc. Enfermagem: Francisco Rufino.

Enfermeira: Jainara

Natureza da Ocorrência: USB01 acionada para atendimento a vitima de queda de moto. Pct consciente, orientado com escoriações nos MSS, apresentado náuseas. Feito punção, imobilizado em prancha rígida, colar cervical e encaminhado a HRS.


Renata Soares Virgínia
Coordenadora Administrativa





PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA
Secretaria municipal de Saúde
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU

AVALIAÇÃO DA ENFERMAGEM NA EMERGÊNCIA

- IDENTIFICAÇÃO / OCORRÊNCIA

Data	Ocorrência n.º	Paciente / Usuário	Idade	Sexo: <input checked="" type="checkbox"/> Masc. <input type="checkbox"/> Fem.
25/06/14	0017	Osanton ferreira de O.	20	
Local da Ocorrência	Bairro	Médico Regulador		
R. Nelson Meire	Centro	Arthuro Vot.		
Procedência: <input type="checkbox"/> Domiciliar <input type="checkbox"/> Resgate <input type="checkbox"/> Outro Hospital <input type="checkbox"/> Outros:				
Presença de Escala: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Local:				

- TIPO DE TRAUMA

<input checked="" type="checkbox"/> Moto	queda de moto
<input type="checkbox"/> Carro	
<input type="checkbox"/> Atropelamento	
<input type="checkbox"/> P.A.F.	
<input type="checkbox"/> F.A.B.	
<input type="checkbox"/> Outros	

- Diagnóstico Médico:

- ENCAMINHAMENTO:

- | | | | |
|---|--|--|---|
| <input type="checkbox"/> Centro de Imagem | <input type="checkbox"/> Bloco Cirúrgico | <input type="checkbox"/> UTI | <input type="checkbox"/> Clínica Médica |
| <input type="checkbox"/> Observação | <input type="checkbox"/> Neurologia | <input type="checkbox"/> Bucomaxilar | <input type="checkbox"/> Cirurgia Geral |
| <input type="checkbox"/> Pediatria | <input type="checkbox"/> Traumatologia | <input type="checkbox"/> Cirurgia Vascular | |

Assistência de Enfermagem Prestada: ☐ Medicação ☐ Imobilização ☐ Outros:

1- DADOS VITAIS

P.A. SISTÓLICA: P.A. DIASTÓLICA: PULSO: 7 FR: TEMPERATURA: GLICEMIA: 109
E. Coma:

Se presença de corpo estranho especificar:

2- VIA AÉREA

- ☒ Livre ☐ Obstruída parcialmente ☐ Obstruída totalmente ☐ Corpo Estranho ☐ Bronco-aspiração ☐ Edema de glote
☐ Obs.:

- VENTILAÇÃO

- ☐ Espontânea ☐ Parada respiratória ☐ Assistida ☐ Ritmo Irregular

- EXPANSIBILIDADE

- ☒ Normal ☐ Superficial ☐ Regular ☐ Irregular

- ACHADOS

- ☐ Creptação ☐ Enfisema subcutâneo ☐ Expectoração ☐ Hemoptise ☐ Hálito Etilico
☐ Outro:

3- CIRCULAÇÃO

- ☐ Cianose ☐ Fria ☐ Úmida ☒ Normal ☐ Palidez ☐ Quente ☐ Seca
☐ Outros:

GBF - CódS 0254



- EDEMA

☐ Ausente ☐ Palpebral ☐ M. Inferiores ☐ Anasarca

- PERFUSÃO

☐ Normal ☐ Retardada (> 2 seg) ☐ Ausente

- PULSO

☐ Regular ☐ Irregular ☐ Fino ☐ Cheio ☐ Ausente

- E.C.G.

☐ Normal ☐ Alterado ☐ Não realizado

4- EXAME NEUROLÓGICO

☐ Agitação ☐ Sonolência ☐ Coma ☐ Convulsão ☐ Otorragia ☐ Rigidez ☐ Midríase

5- SISTEMA GINECO-OBSTÉTRICO

☐ Abortamento ☐ Hemorragia vaginal ☐ Normal _____ semanas ☐ Trabalho de parto
☐ Outros: _____

6- MEMBROS SUPERIORES:

() Fratura Exposta () Mobilidade Passiva () Mobilidade Ativa
() Ferimentos Abertos () Rigidez

Especificação local da fratura: _____

6- MEMBROS INFERIORES:

() Fratura Exposta () Mobilidade Passiva () Mobilidade Ativa
() Ferimentos Abertos () Rigidez

Especificação local da fratura: _____

- OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

- EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM:

MT 01 em apoio a USB 01 em acidente de trânsito no local externo de queda de moto, ferir de tornozelo com contusão e laceração, a lesões nas M.S.S. após 30 minutos na U.S.S. feitos os procedimentos necessários e concluído com HRS SRM.

- RECUSA DE ATENDIMENTO:

Nome: _____ RG: _____

Assinatura: _____

- IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE:

Médico: Antonio Neto CPF 2562 CRM 4

Enfermeiro (a): Joumaria COREN: _____

Aux./Técnico de Enfermagem: Francisco COREN: 848228

Conducutor: _____

GBF - CódS 0254





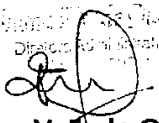
HOSPITAL REGIONAL DE SOUSA

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito, que o paciente **Everton Ferreira de Oliveira**, portador do **CPF: 087.802.534-07**, foi vítima de acidente de trânsito no dia **25 de Junho de 2014**, e encaminhado pelo **SAMU** de Sousa ao Hospital Regional de Sousa, o mesmo atendido pelo médico plantonista **Dr. Francisco Queiroga Gadelha CRM: 2362**, conforme consta no serviço de atendimento móvel de Urgência do **SAMU** em anexo.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente Declaração para que surta seus efeitos legais.

Sousa, 27, de Janeiro de 2015.


Diretora Administrativa

Dra. Fabiana V. F. de Queiroga
Diretora Administração

CNPJ: 08.778.268/0027-08 FONES: (83)3522.2774 - 3522-2776
R. José Eustáquio da Lira, S/N CEP 58802-100 - Sousa - PB





Processo: 11577 - Natureza: INVALIDEZ - Sinistro: 3150410441 - Nome: EVERTON FERREIRA DE OLIVEIRA

DATA	DESCRIÇÃO	ASSINANTE
27/04/2015 10:42	PRÉ-CADASTRO NÃO ANALISADO	Dante Noroes Albuquerque
27/04/2015 10:44	PRÉ-CADASTRO COM RESTRIÇÕES: APRESENTAR DECLARACAO ASSINADA PELO PROPRIETARIO DO VEICULO (PESSOA FISICA OU JURIDICA), COM FIRMA RECONHECIDA, INFORMANDO QUE A VITIMA CONDUZIA A MOTOCICLETA DO DECLARANTE POR OCASIAO DO ACIDENTE, TENDO EM VISTA A CIRCULAR EXPEDIDA PELA LÍDER.	Dante Noroes Albuquerque
06/05/2015 10:21	PRÉ CADASTRO ANALISADO E APROVADO	Poliana Weidle
09/05/2015 18:35	Processo enviado para analise da Seguradora Lider	Felippe dos Santos
19/06/2015 11:47	PAGAMENTO PREVISTO PARA 22/06/2015 NO VALOR DE R\$ 1687.50. BANCO 104 / AGENCIA 0558 / CONTA 014373-8. BENEFICIÁRIO: EVERTON FERREIRA DE OLIVEIRA	Giovana Rotava

Imprimir Andamentos



Vistos, etc...

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, onde a parte autora pleiteia o pagamento da complementação atinente a dito seguro.

Na conformidade da nova sistemática do CPC, sabe-se que, em seu art. 334, há determinação expressa para designação de audiência prévia de conciliação/mediação antes da apresentação de defesa do réu, no intuito de tentar promover a composição amigável entre as partes. Tal norma admite apenas duas hipóteses de exceção, a saber: havendo manifestação de vontade de ambas as partes pela não realização da audiência e quando o feito não admitir composição.

Em demandas desta natureza, apesar deste Juízo já ter determinado a designação de diversas audiências, as seguradoras, de forma reiterada, afirmam acerca da inviabilidade de qualquer acordo antes da realização da prova técnica.

Desta feita, diante da necessidade de prévia perícia médica, infrutífera será qualquer tentativa de acordo antes da prova técnica.

Assim, pelas razões expostas, deixo de aprazar audiência de conciliação prévia.

Cite-se a parte ré, para, no prazo de 15 dias, querendo, apresentar contestação, sob pena de revelia.

Defiro a gratuidade judiciária requerida.

Certifique-se a Escrivania se existe ação semelhante ajuizada pela parte autora, em tramitação ou já arquivada.

P.I.

João Pessoa, 25 de janeiro de 2017

DANIELA FALCÃO AZEVEDO

Juíza de Direito



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL – PARAÍBA

Processo nº 0818907-85.2015.8.15.2001

EVERTON FERREIRA DE OLIVEIRA, já qualificado nos autos da ação que move perante este juízo, vem por seu advogado ao final assinado, requerer a juntada do **SUBSTABELECIMENTO SEM RESERVAS** em anexo para que este produza seus devidos efeitos legais.

Desta forma, requer ainda que a partir desta data todas as publicações e intimações sejam expedidas **EXCLUSIVAMENTE** em nome do **Dr. Cláudio Roberto Lopes Diniz**, OAB/PB 8.023 com escritório localizado na Rua Manoel Gadelha Filho, nº 18, sala 15/18, Centro, Sousa/PB.

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2017.

José Orisvaldo Brito da Silva

OAB/RJ 57.069



SUBSTABELECIMENTO

JOSÉ ORISVALDO BRITO DA SILVA, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/ RJ 57.069 com escritório profissional localizado na Av. Rio Branco, nº 257, sala 1806, Rio de Janeiro, CEP: 20.040-009, **SUBSTABELECE, SEM RESERVAS,** os poderes outorgados por JOSENILDO FERNANDES DE MELO nos autos do processo nº 0818907-85.2015.8.15.2001 em trâmite perante a 13ª Vara Cível da Comarca da Capital no Estado da Paraíba ao **Dr. CLÁUDIO ROBERTO LOPES DINIZ**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PB nº 8.023 com escritório na Rua Manoel Gadelha Filho, nº 18, sala 15/18, Centro, Sousa/PB para que o presente substabelecimento produza seus devidos efeitos legais.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2017.

José Orisvaldo Brito da Silva

OAB/RJ 57.069





Poder Judiciário da Paraíba
13ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Número do Processo: 0818907-85.2015.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO **SUMÁRIO** (22)
A s s u n t o : [S E G U R O]
Polo ativo: AUTOR: EVERTON FERREIRA DE OLIVEIRA
Polo passivo: RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que não constatei existência de ação semelhante em nome da parte promotente.

JOÃO PESSOA, 8 de outubro de 2019
FABIO DE SOUSA ANDRADE

